



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**MUNICÍPIO DE COSTA RICA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**



**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**  
**PARECER**

**Assunto:** PROJETO DE LEI Nº.120/2023.

**Autor:** Poder Executivo Municipal

**EMENTA:** “Criar 8 (oito) vagas para o cargo de Inspetor de Alunos, do quadro de pessoal efetivo do Poder Executivo de que trata a Lei Complementar n. 84, de 22 de outubro de 2019”.

## **SÍNTESE**

De autoria do Poder Executivo Municipal, o PL n. 120/2023, que “*Criar 8 (oito) vagas para o cargo de Inspetor de Alunos, do quadro de pessoal efetivo do Poder Executivo de que trata a Lei Complementar n. 84, de 22 de outubro de 2019*”.

Lido em Plenário em sessão ordinária, foi na forma regimental, devidamente encaminhado às Comissões Permanentes pertinentes para análise e Parecer.

Veio a esta.

## **FUNDAMENTAÇÃO**

No exame da constitucionalidade e da legalidade da matéria propriamente dita, e ora colocada à análise desta Comissão, a mesma entende que:

- 1) Na elaboração de Projetos que visam a criação de normas jurídicas em formato de Lei, sejam elas em qualquer grau de jurisdição, quais sejam, Federal, Estadual e ou Municipal a redação legislativa deve sempre estar em consonância do que dispõe Lei Complementar Federal 095/1998, porém o Projeto de Lei ora em análise, encontra-se em discordância com as regras estabelecidas pela, citada norma Federal.
- 2) O projeto ora analisado se aprovado como proposto criará uma norma esparsa que embora com vigor de Lei, não terá o condão de alterar a Lei Complementar nº 84, de 22 de outubro de 2019, que continuará apenas e tão somente constando os 10 cargos de inspetor de alunos, já existentes, assim a criação de nova norma implementando novos cargos, deverá obrigatoriamente, aos olhos dessa Comissão alterar a norma anterior (Lei Complementar 84/19), sob pena de essa que se pretende criar, correr o risco de se perder ao longo do tempo, principalmente no caso de uma gestão futura, se ver com a necessidade da alteração de seu número de servidores eis que como já dito, o PLC não traz nenhuma possibilidade de alteração da norma vigente já mencionada. Neste sentido a alteração da quantidade numérica dos cargos já existentes no quadro II, Anexo I da Lei Complementar nº 84, de 2019, de 10 para 18, deve ser com PLC que proponha de forma clara a alteração desses



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**MUNICÍPIO DE COSTA RICA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**



**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**

dispositivos, respeitando a regra prevista no artigo 12, inciso III, da Lei Complementar 95/98.

- 3) Alega o Poder Executivo em sua mensagem de encaminhamento do PLC ora em análise que existe a demanda dos serviços de inspeção escolar, todavia não foi demonstrada uma real necessidade para o acréscimo do número de cargos.
- 4) Outro ponto que impede a tramitação da matéria, é o fato de que não foi anexado ao PLC o estudo de impacto orçamentário e financeiro, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).
- 5) Da análise do referido Projeto de Lei, fica claro e evidente que o PLC sob análise, padece de vício formal eis que descumpre determinações contidas em normas jurídicas superiores (Lei Complementar 95/98 e Lei Complementar 101).

**CONCLUSÃO**

Em razão de conclusões de fatos narradas e do presente vício de inconstitucionalidade e de ilegalidades, conforme relatado, esta Comissão é de **PARECER CONTRÁRIO** à tramitação do **Projeto de Lei Complementar Nº 120/2023** que *“Criar 8 (oito) vagas para o cargo de Inspetor de Alunos, do quadro de pessoal efetivo do Poder Executivo de que trata a Lei Complementar n. 84, de 22 de outubro de 2019”*.

Costa Rica, 16 de agosto de 2023.

Averaldo Barbosa da Costa  
Presidente CCLJRF

Manuelina Martins S. A. Cabral  
Vice-Presidente/ Relatora

Evaldo Paulino Garcia  
Membro